

# Trabalho como dádiva

Em maio, celebra-se o Dia do Trabalho, instituído no fim do século XIX para marcar as lutas operárias por melhores condições. Conquistas foram alcançadas, novas problemáticas emergiram. E hoje, com a era pós-industrial, surgem novos horizontes, abertos à gratuidade e à reciprocidade

Luigino Bruni\*

Enquanto na sociedade industrial não havia alternativa senão ser produtor nas horas de trabalho e ser consumidor no tempo livre, na sociedade pós-industrial está surgindo uma outra categoria de pessoas, a dos produtores-consumidores, os chamados *prossumidores*, que autoproduzem parte do próprio consumo. Trata-se de uma tendência que se manifesta com uma variedade de indícios convergentes. Quando alguém saca dinheiro do caixa eletrônico, torna-se bancário *part-time*; quando se serve num supermercado, torna-se parcialmente comerciante; quando compra uma passagem pela internet, torna-se temporariamente agente de viagem etc. Em tais situações, o sistema produtivo descarrega no consumidor despesas de mão-de-obra ou, mais em geral, exterioriza parte dos custos de produção. A sociedade pós-industrial tende a apoiar a autoprodução e o autoconsumo, seja porque o tempo livre em relação ao trabalho monetarizado não pode ser preenchido somente com a diversão, seja porque as pessoas têm vontade de envolver-se, de usar e intercambiar as capacidades que possuem.

É justamente nisso que consiste o sentido da nova convergência entre trabalho e consumo que devemos favorecer. É necessário lançar pontes entre o trabalho que procura sentido e o consumo que não é unicamente satisfação de necessidades. Fazer do consumidor um ator social que descobre ser o detentor de importante poder de influência, não só em relação *ao que* produz, mas também *como* produz, representa uma importante conquista de civilidade. O consumidor da época fordista delegava, se podemos dizer assim, à empresa representar seus interesses, com o Estado intervindo na posição de avalista e de juiz. O consumidor pós-fordista é “global”; ele encontra na sociedade civil o lugar ideal da tutela dos próprios interesses.

[...] Cada vez mais ouve-se afirmar que, na base do novo modelo de crescimento, existe uma demanda específica de qualidade de vida. Mas a demanda de qualidade vai muito mais além de mera demanda de bens manufaturados (ou agrícolas) “bem feitos”. É, antes, demanda de atenção, de cuidado, de serviço, de participação, de relacionalidade. Em outras palavras, a qualidade à qual nos referimos não é tanto aquela de produtos (bens e serviços) objeto de consumo, mas, sim, a qualidade das relações humanas.

Essa nova exigência manifesta-se, com especial ênfase, no campo do nexo entre trabalho e consumo. A sociedade fordista havia separado o homem-trabalhador (portador da força produtiva) do homem-consumidor (portador das necessidades). Na sociedade pós-fordista, trabalho e consumo deixam de ser duas polaridades opostas: uma vez satisfeitas as necessidades primárias, o trabalho busca desesperadamente um sentido – trabalha-se não só pelo dinheiro que, depois, servirá na aquisição de bens de consumo –, e o consumo adquire força, deixando de ser fim em si – pensemos no significado da origem dos movimentos anticonsumistas, das formas do “consumo ético” e das reivindicações, cada vez mais prementes, para reconhecer os direitos do cidadão como consumidor. O consumidor pós-fordista encontra na sociedade civil o lugar da tutela dos próprios interesses e sobretudo o lugar do *empowerment* (ganhar autonomia e participação, poder de decisão).

Em *O Capital*, Marx, usando uma tese de Ferdinando Galiani, afirma que “a riqueza é uma relação entre duas pessoas” e acrescenta a sugestiva frase: “relação encoberta por coisas” (1867[1978a], p. 140, nota 26). Para Marx, como

se sabe, aquelas relações eram sempre relações de exploração, e a ciência econômica deveria, assim, ter o objetivo de retirar o invólucro e trazer à luz tais relações subjacentes.

A economia reagiu a essa visão socializada da economia, opondo-se enormemente às “harmonias econômicas” daquele arcabouço teórico, no qual cada um dos fatores da produção (inclusive o trabalho) recebe simplesmente quanto contribui na produção, uma vez que, no regime de concorrência, também o capitalista não recebe senão o seu “justo resultado”. Com isso, porém, perdeu-se o importante conceito de que as mercadorias escondem e incorporam, realmente, relações humanas. Cada vez mais o mercado foi sendo considerado um mecanismo que funcionaria perfeitamente, ainda que, paradoxalmente, sem pessoas, mas com computadores (inclusive por conta da hipótese da concorrência perfeita, em que cada agente é um “ponto” anônimo e imperceptível do espaço econômico). Atualmente, os movimentos de consumo crítico estão trazendo de novo à tona as relações que se escondem nas mercadorias, solicitando à economia, com crescente insistência, tirar o véu que impede de ver o que acontece sob o invólucro. É a atenção ao *como* se produz, ao processo produtivo e social, à dimensão relacional da economia.



se sabe, aquelas relações eram sempre relações de exploração, e a ciência econômica deveria, assim, ter o objetivo de retirar o invólucro e trazer à luz tais relações subjacentes.

A economia reagiu a essa visão socializada da economia, opondo-se enormemente às “harmonias econômicas” daquele arcabouço teórico, no qual cada um dos fatores da produção (inclusive o trabalho) recebe simplesmente quanto contribui na produção, uma vez que, no regime de concorrência, também o capitalista não recebe senão o seu “justo resultado”. Com isso, porém, perdeu-se o importante conceito de que as mercadorias escondem e incorporam, realmente, relações humanas. Cada vez mais o mercado foi sendo considerado um mecanismo que funcionaria perfeitamente, ainda que, paradoxalmente, sem pessoas, mas com computadores (inclusive por conta da hipótese da concorrência perfeita, em que cada agente é um “ponto” anônimo e imperceptível do espaço econômico). Atualmente, os movimentos de consumo crítico estão trazendo de novo à tona as relações que se escondem nas mercadorias, solicitando à economia, com crescente insistência, tirar o véu que impede de ver o que acontece sob o invólucro. É a atenção ao *como* se produz, ao processo produtivo e social, à dimensão relacional da economia.

## Maiores do que o trabalho

Será possível ir além da dicotomia trabalho/tempo livre? De que modo, sem que tudo se torne trabalho e não haja mais espaço para a gratuidade? A perspectiva da Economia de Comunhão (movimento empresarial que tem como proposta colocar em comum a riqueza produzida e fundamentar a dinâmica operacional sobre a comunhão e a fraternidade) segue na direção certa. Em primeiro lugar, é a própria atividade econômica que se torna lugar de encontro entre pessoas e, portanto, atividade civilizadora. O tempo dedicado ao trabalho não remove necessariamente as relações humanas genuínas, uma vez que também a atividade eco-

nômica pode tornar-se dádiva e exercício de reciprocidade. Quem vive experiências de economia social sabe que é a própria empresa que se torna lugar de socialização, de experiências, e campo de treinamento de uma vida feliz.

Se é verdade que a qualidade de vida é medida no eixo da liberdade, entendida como possibilidade de autorrealização (enquanto o aumento da renda *per capita* indica meramente maior capacidade de aquisição por parte da pessoa), então, tudo aquilo que, no campo legislativo, administrativo e financeiro consente e favorece a origem de sujeitos de oferta de bens relacionais, bens meritórios, bens públicos, segue na direção do alargamento dos espaços de liberdade do cidadão.

É nesse sentido que uma cultura do trabalho e do emprego como a que estamos sugerindo aqui se revela uma estratégia autenticamente liberal, muito diferente da estratégia liberalista, pois deixa os indivíduos da sociedade civil portadores de cultura determinar que bens e serviços querem que sejam produzidos e distribuídos segundo a norma do mercado privado (a norma do resultado) e que bens e serviços sejam produzidos e distribuídos segundo a norma do mercado civil (o princípio da reciprocidade). Dizer pessoa equivale a dizer reciprocidade, quando trabalha, quando está doente, quando é capaz, quando é portadora de deficiência. Pode-se deixar de trabalhar e continuar sendo pessoa; mas se sairmos do terreno da reciprocidade, rumamos decididamente a uma vida que não tem mais o calor e o gosto da humanidade. Por isso, a pessoa, que é reciprocidade, é maior do que seu trabalho, e continua plenamente tal mesmo quando não mais trabalha, por escolha ou por necessidade. A pessoa, ser “inconcluso” (como, muito acertadamente, Paulo Freire gostava de dizer) *excede* o trabalho [...]. ■

\* O autor é professor de economia na Universidade Bicocca de Milão e presidente da comissão internacional da Economia de Comunhão. Texto extraído do livro “Comunhão e as novas palavras em economia”, pp. 65-69, da Editora Cidade Nova